

> “Racismo virulento” na capital do Império

> “Virulent racism” in the Empire’s capital

por **Felipe Rodrigues Alfonso**

Doutorando em História pelo Departamento de História da Universidade de Harvard, onde pesquisa sobre a relação entre escravidão e pobreza no Brasil do século XIX. Contato: felipe_alfonso@g.harvard.edu. ORCID: 0000-0003-1607-0508.

> Resenha recebida em 09.04.2021 e aceita em 10.05.2021.

FICHA TÉCNICA DA OBRA

História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850

por José Pereira Rego

Posfácio de Sidney Chalhoub

São Paulo: Chão Editora, 2020. 352 p.

1ª Edição em 2020

ISBN: 978-65-990122-4-2

1. A Publicação

Surpreende-nos positivamente o nascimento de uma editora como a Chão (responsável pela publicação deste livro) no Brasil de 2019. Um levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostrou que o faturamento geral do setor editorial brasileiro diminuiu 25% entre 2006 e 2018.¹ Por que, aqui e agora, num país tradicionalmente pouco afeito à leitura e imerso numa conjuntura de crises, investiu-se num empreendimento dedicado à divulgação de fontes históricas primárias ao público não acadêmico? Ora, porque seus idealizadores não vislumbraram suprir uma lacuna mercadológica, mas sim cultural. O objetivo de Beatriz Bracher, Marta Garcia e do falecido Fernão Bracher foi e continua sendo “incentivar o estudo da memória nacional”, apresentando ao grande público “diferentes modos de viver e pensar, em especial do Brasil do século XVIII ao início do século XX”².

No ainda breve, porém rico, catálogo da editora, encontramos relatos, diários, cartas, depoimentos, memórias, crônicas de viagem etc., sempre acompanhados de contextualizações e análises de especialistas consagrados em seus respectivos campos de conhecimento. Publicações como *Jovita Alves*

¹ SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS (SNEL), Produção e vendas do setor editorial brasileira: série histórica 2006-2018. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/05/S%C3%A9rie_hist%C3%B3rica_2006_-2018_final.pdf.

² Página inicial da editora. Disponível em: <https://www.editora34.com.br/areas.asp?chao=1>.

Feitosa: voluntária da pátria, voluntária da morte (2019), em que o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho remonta a trajetória da “Joana d’Arc brasileira”, que aos dezessete anos alistou-se no exército brasileiro vestida de homem para lutar na Guerra do Paraguai. Ou, ainda, *O 15 de Novembro e a queda da Monarquia: relatos da princesa Isabel, da baronesa e do barão de Muritiba* (2019), em que as historiadoras Keila Grinberg e Mariana Muaze compilam relatos de três membros da monarquia sobre a queda do regime monárquico, a Proclamação da República e o exílio da família imperial. A mais recente publicação da Chão é *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850* (2020), escrito por José Pereira Rego, futuro barão do Lavradio. O texto acompanha um Posfácio do historiador Sidney Chalhoub, autor, dentre outros trabalhos, de *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial* (1996), premiado estudo sobre as relações entre desenvolvimento urbano, higienismo e racismo científico na cidade do Rio de Janeiro.

É sobretudo nos momentos de crise (como o que estamos vivendo) que a história aparece à sociedade como um campo de batalha empírico e semântico, no qual se disputam narrativas sobre o passado e utopias para o futuro. Daí a importância de iniciativas como a Chão, cujo objetivo é publicizar os debates gerados na academia, contribuindo para o processo de educação continuada da sociedade brasileira. Dito isso, minha intenção nesta resenha é justamente seguir o espírito da editora: apontar o que duas reflexões sobre uma epidemia oitocentista (Pereira Rego em 1851; Chalhoub em 2020) podem nos ensinar sobre a pandemia que experienciamos. Trata-se, acima de tudo, de um convite à leitura.

2. A Epidemia

José Pereira Rego, o barão do Lavradio, nasceu em 24 de agosto de 1816 na cidade do Rio de Janeiro, onde viveu e morreu, e na qual foi médico, político e administrador público. Não subestimemos a influência do “higienista-mor do

Império” sobre a postura sanitária do governo imperial.³ Em grande medida, suas ideias são uma metonímia da história da saúde pública no segundo reinado. E *História e descrição*, valiosa fonte primária sobre o tema. Adentremos, então, as impressões de Pereira Rego sobre a epidemia de febre amarela de 1850.

História e descrição foi escrito quando a experiência da epidemia ainda se transformava em memória; naquele momento em que o passado ainda é presente. Daí o tom passional com o qual Pereira Rego inicia o relato, misto de lamento e alerta, condenando as autoridades (*mea culpa* inclusa) pela demora em conter o avanço da febre amarela. Desde dezembro de 1849, escreve, uma doença desconhecida fazia vítimas nos “portos do Norte [leiam Nordeste]”, mas “descuidamo-nos perfeitamente”. Deixamos que “um dos mais saudáveis [países] do mundo” fosse tomado por essa e outras epidemias, “quase todas importadas”. Decerto não se tratou de negligência, mas da própria necessidade empírica da ciência médica daquele tempo. Afinal, para que a Academia Imperial de Medicina pudesse estudar o comportamento da doença era necessário esperá-la aumentar o número amostral de doentes. Essa “prudência e circunspeção necessária a uma corporação científica”, paradoxalmente, custou milhares de vidas.⁴

Logo que a doença chegou ao Rio de Janeiro, na ausência de quarentenas aos navios vindos “do Norte” e isolamentos aos enfermos, “a moléstia continuou a progredir”. Em fevereiro, “o hospício do Bom Jesus tornou-se insuficiente para conter todos os doentes”, a ponto de novos leitos serem improvisados em outros locais.⁵ Logo não havia mais “lugar quase nos templos para se sepultarem os corpos”, que passaram a sê-lo “em cemitérios extramuros”⁶. Rapidamente, o patógeno abria caminho pelos bairros e subúrbios da cidade: em fevereiro, com o espalhamento da doença, as autoridades puderam finalmente concluir tratar-se da febre amarela; em meados de março, achava-se “quase toda a cidade submetida à sua influência destruidora”; e em fins de julho, “podia-se dar a

³ Sidney Chalhoub, *Posfácio*, 2020, p. 264.

⁴ José Pereira Rego, *História e descrição*, 2020, p. 21-23 e 28.

⁵ *Ibidem*, p. 28.

⁶ *Ibidem*, p. 34.

epidemia por terminada para a cidade”, ainda que tenha perdurado “sobretudo entre os estrangeiros, até fins de agosto ou começo de setembro”⁷.

Os estrangeiros! Entre eles, notadamente os “recém-chegados ou que tinham pouco tempo de residência no Brasil”, a febre amarela “se desenvolveu com maior furor e gravidade”⁸. Por outro lado, “nos africanos e crioulos”, a doença excedia “poucas vezes do primeiro período”⁹. Esses dados certamente não passaram despercebidos a setores específicos da sociedade e do governo. Lembremos que muitos deles vislumbravam, há tempos, a extinção gradual da escravidão. O problema é que a história associara escravidão e negritude, de modo que, para muitos indivíduos, a imagem de um Brasil sem escravos vinculava-se progressivamente àquela de um país embranquecido. Essa “lógica racializada” ganharia força a partir da década de 1870, mas já se tornava comum encontrar quem defendesse a imigração de colonos europeus como solução contra o problema da mão de obra e que, preferencialmente, os colonos fossem brancos para resolver também o “problema” racial.¹⁰ Não esperavam, porém, haver no meio do caminho uma doença, que, ao atacar preferencialmente os estrangeiros, “poderia pôr tudo a perder”¹¹. De qualquer maneira, vale ressaltar: o temor das autoridades em relação à febre amarela foi maior na década de 1870 do que na de 1850. Por quê?

Sidney Chalhoub explica que a “febre amarela foi central à formação de ideologias raciais no mundo atlântico”. Num linguajar “neutro” e “científico”, as autoridades do século XIX discutiam como “características fisiológicas” e “diferenças inatas” provocavam “susceptibilidades distintas entre negros e brancos à febre amarela”¹². *História e descrição* é uma das contribuições de Pereira Rego à questão. Segundo ele, o comportamento da epidemia responde, em geral, a dois fenômenos: o surgimento de miasmas e os diferentes graus de aclimamento. Havia, à época, uma noção pouco esclarecedora de que os espaços

⁷ *Ibidem*, p. 44-46.

⁸ *Ibidem*, p. 43-44.

⁹ *Ibidem*, p. 146.

¹⁰ Sidney Chalhoub, *Posfácio*, 2020, p. 305.

¹¹ *Ibidem*, p. 289.

¹² *Ibidem*, p. 289-290.

urbanos facilitavam o surgimento de “imensos focos de infecção” de diversas doenças, os chamados “miasmas”. A “decomposição das matérias animais e vegetais” produziria uma “miríada de corpúsculos”, que, ao se desprender para o ar ambiente, provocaria “o adoecimento de indivíduos susceptíveis ou não aclimatados às condições locais”¹³. Esse processo seria, ainda, facilitado por diversos agravantes, dentre os quais o “calor ardente” da capital; o “desembarque de grande número de estrangeiros, que vinham entre nós estabelecer-se, e conseqüentemente a aglomeração e aumento rápido da população”; o “abandono em que estava a nossa higiene pública”; e “o ingresso de africanos pela mor parte acometidos de moléstias graves trazidos para o seio da população, e acumulados em pequenos espaços mal arejados e pouco asseados”¹⁴. Nada se poderia fazer em relação ao “calor ardente” e, como vimos, pouco se queria fazer quanto ao “desembarque de grande número de estrangeiros”. A solução seria, então, concentrar esforços na “higiene pública” e na “aglomeração” “de certo tipo de gente – africanos, imigrantes pobres”¹⁵.

Ao longo da segunda metade do século XIX, esses termos deixaram de ser simples agravantes para se tornarem a preocupação central das autoridades. “Higiene pública”, “aglomeração”, “africanos” e “imigrantes pobres”, todos ganharam novos contornos a partir da década de 1870. Naquele momento, a abolição da escravatura era certa e a ideologia do embranquecimento ganhava força. Com isso, os imigrantes tornaram-se, a um só tempo, a solução para o problema da mão de obra, e o símbolo do progresso econômico e racial. Além disso, o crescimento da população urbana era acompanhado pela expansão progressiva das habitações coletivas, temidas como focos certos de irradiação de epidemias. Quando *História e descrição* foi escrito, Pereira Rego e as autoridades acreditavam que a solução seria melhorar as condições higiênicas da cidade, em geral, e das habitações coletivas, em particular. Anos depois, os higienistas passariam a considerar estratégias mais “contudentes” de intervenção urbana contra os miasmas. Em fevereiro de 1866, Pereira Rego já falava em proibir a

¹³ José Pereira Rego, *História e descrição*, 2020, p. 20; Sidney Chalhoub, *Posfácio*, 2020, p. 266.

¹⁴ José Pereira Rego, *História e descrição*, 2020, pp. 19-20.

¹⁵ Sidney Chalhoub, *Posfácio*, 2020, p. 248.

construção de novas habitações coletivas. E em 5 de dezembro de 1873, foi lançada a seguinte postura: “Não serão mais permitidas as construções chamadas ‘cortiços,’ entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento”¹⁶. Nascia o racismo higienista, ideologia que transformaria radicalmente o destino dos pobres e negros habitantes na cidade do Rio de Janeiro. Legitimados por suas novas ideias, autoridades e setores empresariais interessados em imóveis e terras demoliram à força inúmeras habitações coletivas, obrigando populações inteiras a se refugiarem nos morros do Rio de Janeiro. Nas palavras de Chalhoub, “nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas”¹⁷.

3. A Pandemia

Na edição de 29 de janeiro de 2021, o “Plano nacional de operacionalização da vacinação contra a COVID-19” classifica “os povos indígenas, vivendo em terras indígenas”, e “as populações ribeirinhas e quilombolas” como “grupos com elevada vulnerabilidade social”¹⁸. A consideração de estratificações “étnicas” é um passo crucial no reconhecimento de que as desigualdades precisam ser identificadas como tal para serem devidamente combatidas. Contudo, o documento não considera estratificações de “raça/cor”. Mas não seria “racista” fazê-lo? Vejamos...

No dia 27 de maio de 2020, o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) publicou uma nota técnica intitulada “Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil”. No estudo, os pesquisadores concluem que a progressão dos casos confirmados da pandemia no país tem sido influenciada tanto pela dinâmica de contágio da doença quanto por fatores socioeconômicos. Um dado é (ou, pelo menos, deveria ser) particularmente alarmante: 54,78% dos

¹⁶ Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 1996, p. 34.

¹⁷ *Ibidem*, p. 17.

¹⁸ MINISTÉRIO DA SAÚDE, Plano nacional de operacionalização da vacinação contra a COVID-19, pp. 14-15. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/29/planovacinaocovid_v2_29jan21_nucom.pdf.

pacientes pretos e pardos morreram contra 37,93% dos pacientes brancos. Essa discrepância mantém-se mesmo quando isoladas as variáveis “faixa etária”, “nível de escolaridade” e “IDHM municipal”, revelando que a variável “raça/cor” atravessa todas as demais. Disso decorre que um paciente preto ou pardo analfabeto tem 3,8 vezes mais chances de morrer do que um paciente branco com nível superior.¹⁹ Tudo isso é “natural”, sejamos sinceros. O estudo quantifica aquilo que muitos brasileiros já conheciam por experiência: em sua operação normal, as estruturas da sociedade brasileira reproduzem o racismo. Tudo isso é “natural”, mas não deveria sê-lo. Por isso, são essenciais iniciativas como a da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade e da Coalizão Negra por Direitos, que pediu, via Lei de Acesso à Informação, a autoria do PL 2726/2020. Apresentado pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP), o projeto de lei (em tramitação) torna obrigatório a inclusão de marcadores étnico-racial nos dados oficiais de contaminação e mortalidade pela COVID-19.²⁰

Dentre as estruturas da sociedade brasileira que reproduzem o racismo estão a ciência e a administração pública. Não me levem a mal: longe de mim qualquer atitude negacionista ou anti-institucional. Ao contrário, acredito que ciência e administração pública funcionem, e que o façam muito bem. Novamente, a aporia é que, a despeito de sua extrema importância, ambas reproduzem o racismo estrutural no Brasil em suas operações normais. Isso ocorre porque, como explica Silvio Luiz de Almeida, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” Noutras palavras, o racismo não existe porque indivíduos são preconceituosos ou instituições, discriminatórias; o racismo existe simplesmente porque as estruturas sociais operam normalmente. Como, então, devemos proceder? Ora, continua Almeida, “se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição

¹⁹ NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE (NOIS), Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkkklydO/view>.

²⁰ CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei 2726/2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1894605&filename=PL+2726/2020.

combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas”²¹. Ou seja, é preciso falar sobre “raça”.

Como bem observa Sidney Chalhoub, não há referências à palavra “raça” em *História e descrição*.²² Mas ao *considerar* que os negros *são o perigo*, Pereira Rego contribui para o desenvolvimento das bases ideológicas do que se tornaria o racismo higienista. Também não há referências à palavra “raça” no plano nacional de vacinação. Mas ao *desconsiderar* que os negros *estão em perigo*, o Ministério da Saúde permite que a estrutura sanitária opere em sua normalidade. A despeito de eventuais boas intenções individuais, sabemos o resultado disso. O posfácio de Chalhoub ao relato de Pereira Rego nos faz perceber que as doenças não são fenômenos puramente biológicos. Decerto a possibilidade de se adoecer e morrer são universais aos seres humanos, mas a maneira como se adoece e morre varia de acordo com suas condições sociais. Moral da história: no século XIX, pobres e negros foram considerados o principal “risco”, levando a um processo brutal de marginalização socioespacial; no século XXI, enquanto ela persiste, talvez a solução seja considerá-los, na verdade, o principal “grupo de risco”.

Recomendo vivamente a leitura de *História e descrição*, relato e posfácio, para refletirmos sobre essa e outras questões relevantes ao nosso tempo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²¹ Silvio Luiz de Almeida, *Racismo estrutural*, 2019.

²² Sidney Chalhoub, *Posfácio*, 2020, p. 297.

Referência para citação desta tradução

ALONSO, Felipe Rodrigues. “*Racismo virulento*” na capital do Império. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 344 – 353, maio de 2021.